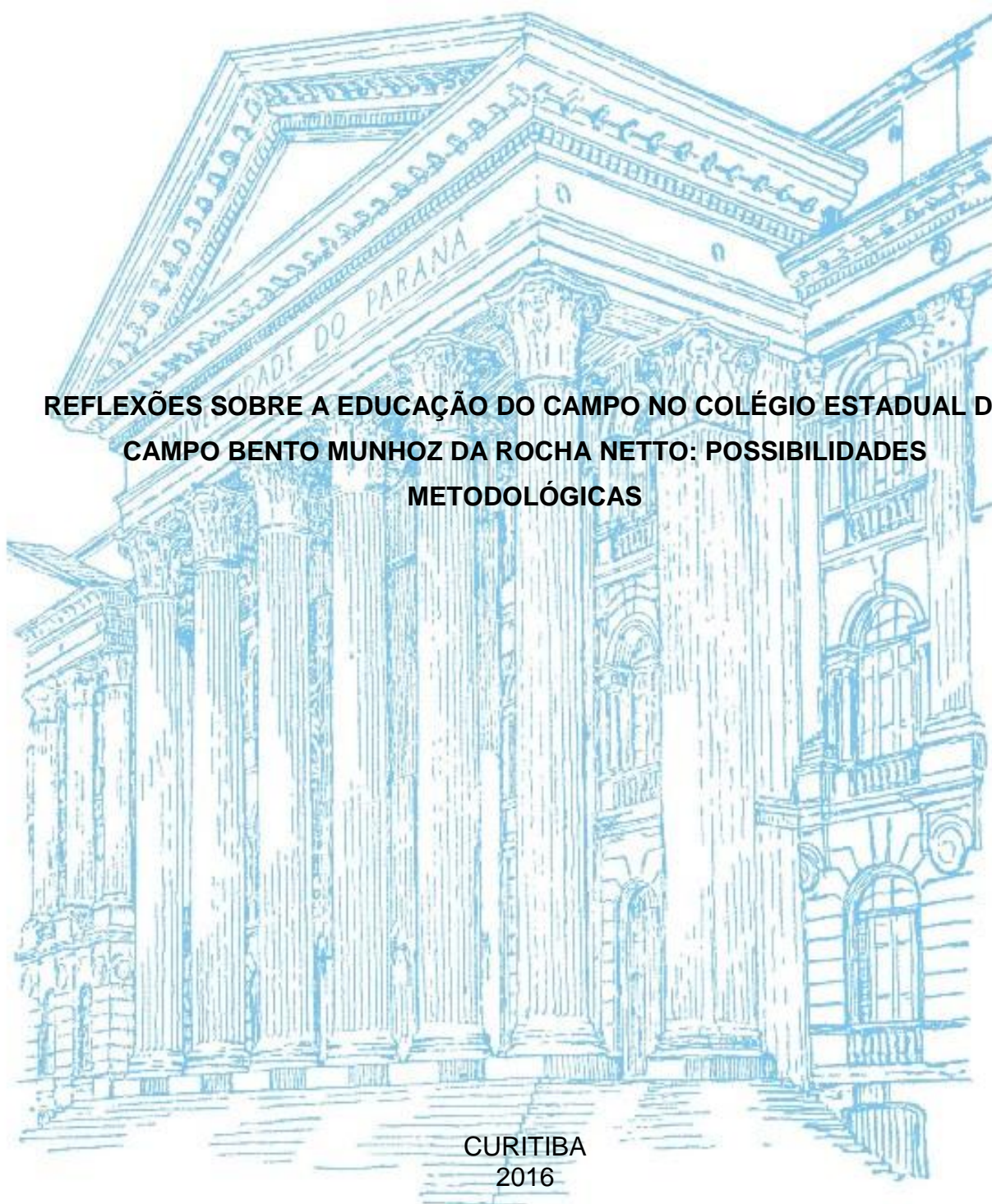


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CRISTIANE SULAMAR TSCHÁ

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO COLÉGIO ESTADUAL DO  
CAMPO BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO: POSSIBILIDADES  
METODOLÓGICAS**



CURITIBA  
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CRISTIANE SULAMAR TSCHÁ

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO COLÉGIO ESTADUAL DO  
CAMPO BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO: POSSIBILIDADES  
METODOLÓGICAS**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Me. Adilson Luiz Tiecher

CURITIBA  
2016

## **Reflexões sobre a educação do campo no Colégio Estadual do Campo Bento Munhoz da Rocha Netto: possibilidades metodológicas**

Cristiane Sulamar Tschá\*

### **RESUMO**

O presente trabalho por meio de revisão bibliográfica buscará trazer contextualização e melhor compreensão da Educação no Campo, no Colégio Estadual do Campo Bento Munhoz da Rocha Netto, em Pinhão/PR, bem como promover reflexões sobre a realidade e possibilidades de encaminhamentos metodológicos de trabalho. O objetivo será aproximar teoria e prática e refletir sobre o papel do Coordenador Pedagógico neste processo. Além disso, como pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com professores, pedagogos, gestores, agentes educacionais (funcionários) I e II e alunos, do Estabelecimento de Ensino, as quais buscam aferir a adequação do Estabelecimento às especificidades da modalidade de Educação do Campo.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Identidade. Pinhão. Teoria e prática no campo.

### **1 INTRODUÇÃO**

A educação brasileira sofreu diversas alterações ao longo dos últimos anos, sendo que um item bastante discutido e modificado foi o olhar sobre a educação do campo, que de educação rural, sem sentido, sem significado e importância, passa a ser considerada um pilar para a manutenção do campo.

Por diversas décadas se discutiu o tema e nos últimos anos surgem algumas possibilidades legais, práticas e metodológicas para viabilizar a implantação da educação do campo, sob preceitos legais.

---

\* Artigo produzido pela aluna Cristiane Sulamar Tschá, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Me. Adilson Luiz Tiecher. E-mail: ctscha@yahoo.com.br

Para tanto, uma retomada histórica se fez necessária para compreendermos a atualidade das escolas consideradas do campo. Neste sentido, se realizou um estudo bibliográfico, ainda que muito breve, sobre o contexto da educação do campo no Brasil, no Paraná, em Pinhão e, em especial, na escola objeto deste estudo. Junto a este trabalho, ocorreram as entrevistas, buscando pontos de vista variados sobre o tema, bem como perspectivas metodológicas adequadas à realidade apresentada.

## **2 RETOMADA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A Educação do Campo perpassa por momentos históricos nos quais as concepções sobre educação e sobre campo tiveram transformações bastante significativas.

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (DCEs):

Por sua vez, a educação do campo tem conquistado espaço político na conjuntura atual, em função da atuação dos movimentos sociais e das iniciativas governamentais que foram impulsionadas pela sociedade civil organizada. A Coordenação da Educação do Campo do Estado do Paraná, há quatro anos, discute e participa, com os movimentos e as organizações sociais, da elaboração de pressupostos de políticas públicas para a educação do campo. (PARANÁ, 2006, p. 14).

As discussões sobre a democratização escolar iniciam-se em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Na década de 1960, a educação rural surge no Brasil, com o objetivo de conter o número de habitantes que se deslocavam do campo para a cidade. Só na década de 1980, a Educação do Campo é levada a discussão. E em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã que assegura “a educação para todos”, que é complementada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, a Lei n.9.394/96, assegura a criação de um calendário escolar que atenda as peculiaridades da vida rural e de cada região.

No âmbito Federal, a discussão sobre a Educação do Campo tem início em 1998 com a “Articulação Nacional por uma Educação do Campo”, que passa a articular a criação das escolas do Campo.

No Estado do Paraná, as discussões tem início em 1990, com a alfabetização de jovens e adultos que foram promovidos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Desde então, as discussões sobre a Educação do Campo não param.

Congressos, debates e estudos em parceria com várias instituições, buscam a consolidação da Educação do Campo, valorizando a identidade do homem do campo com o objetivo de transformar a sociedade. Para que tais discussões ocorressem no seio escolar e pudessem ser a expressão da realidade destas, reuniões e seminários ocorreram, contando com a participação de diferentes esferas da sociedade e das escolas – envolvendo profissionais, que puderam expressar seus conhecimentos práticos, buscando a aproximação das teorias que permeiam a educação e a escola, com os fazeres práticos e cotidianos.

Neste sentido, o Coordenador Pedagógico desenvolveu funções de organizar momentos na escola, em que houvesse discussões/reflexões paralelas as que ocorriam em esfera macro.

Vários debates desde então acontecem em relação à Educação do Campo, um deles é em relação à formação identitária do campo, pois durante anos a área rural foi percebida como o local do atraso. A partir da mudança de concepção de “rural” para “campo” buscou-se:

A concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. (PARANÁ, 2006, p. 24).

Tal alteração foi necessária para que os povos do campo:

[...] posseiros, boias-frias, ribeirinhos, ilhéus, atingidos por barragens, assentados, acampados, arrendatários, pequenos proprietários, colonos ou sitiantes – dependendo da região 24 do Brasil em que estejam – caboclos dos faxinais, comunidades negras rurais, quilombolas e, também, as etnias indígenas. (PARANÁ, 2006, p. 25).

percebam que o campo é importante, pois o que os distingue é a maneira de viver em contato com vizinhos e natureza, sua forma de ver e agir com o meio. Construir a identidade do homem do campo é levá-lo ao resgate de sua cultura, a valorização de seu modo de viver, da sua história, do seu trabalho e da sua relação com a natureza.

A partir destes estudos é que inicia-se a formulação do currículo da Escola do Campo que deve atender as especificidades dos/as educandos/as do campo. Já que o atual currículo das escolas paranaenses e brasileiras é elitizado e urbano. O currículo da Escola do Campo deve priorizar a cultura dos povos do campo, os seus

ideais e a valorização do homem do campo, fazendo com que o/a educando/a sintasse parte da sociedade.

### **3 POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA TRABALHAR NAS ESCOLAS DO CAMPO**

As metodologias consideradas relevantes para este estudo são: A Pedagogia da Alternância e Porções de Realidade.

A Pedagogia da Alternância é aplicada da seguinte forma: o/a educando/a permanece em um período de tempo na escola e outro período de tempo o/a educando/a vai aplicar os conhecimentos adquiridos anteriormente em sua propriedade. O período em que o/a educando/a permanece em casa e em sua propriedade varia de instituição para instituição, podendo optar-se em uma semana escola e uma semana propriedade ou um mês na escola e um mês de aplicação de conhecimentos em sua propriedade. Durante o tempo em que o/a educando/a permanece na escola ele/ela apropria os conhecimentos do currículo tradicional, bem como apropria-se de conhecimentos voltados à prática de cuidados com a sua propriedades (cuidados com o solo, formas de plantio e colheita, cuidados com animais e comercialização dos produtos de sua propriedade). Durante o período que permanece na propriedade, aplica os conhecimentos aprendidos em sala e recebe visita/orientações de seus professores.

Já com o trabalho de Porção de Realidade, o/a aluno/a permanece na escola durante um período do dia e no outro vai aplicar os conhecimentos adquiridos na escola. O trabalho com Porção de Realidade depende de uma articulação entre todas as disciplinas componentes da matriz curricular da instituição, onde é elencado um tema gerador por todos os profissionais envolvidos (Professores, Agentes Educacionais I e II, Pedagogos e Direção) em que cada disciplina dentro de suas possibilidades irá trabalhar com o tema proposto. Nesta metodologia o/a educando/a ainda receberá conhecimentos relativos ao trabalho em sua propriedade, ao mesmo tempo em que adquire os conhecimentos do currículo formal. Neste caso o que varia muito é a metodologia pluridisciplinar, envolvendo várias disciplinas em um mesmo tema, cada um enfocando na especificidade de seu conteúdo e estabelecendo relações entre as disciplinas e a realidade vivenciada na propriedade. Também ocorrem muitas aulas de campo, onde o/a educando/a vai até propriedades dos próprios educandos ou modelos para estudo e análise.

As possibilidades práticas já relacionadas devem ainda despertar no/a educando/a a valorização do homem do campo, bem como levar o/a educando/a à construção de sua identidade campesina, a noção de pertença e o anseio por novas descobertas e práticas no seu meio.

A problemática que envolve ambas as metodologias, acima relacionadas, é a falta de adequação de tempo e espaço para o pleno desenvolvimento das atividades propostas e a falta de tempo para a elaboração das estratégias de ensino bem como o tempo para a averiguação das reais necessidades dos/as educandos/as.

#### **4 AS ESCOLAS DE PINHÃO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

O município de Pinhão está localizado na região centro-sul do Estado do Paraná, a 311 km de Curitiba.

Segundo o Censo de 2010, a população de Pinhão é de 30.208 habitantes, sendo que a base econômica do município é a agropecuária.

O município de Pinhão tem atualmente 10 escolas/colégios estaduais, sendo 5 consideradas Colégios do Campo (Colégio Estadual do Campo Bento Munhoz da Rocha Netto, Colégio Estadual do Campo Cornélio Pires Ribeiro, Colégio Estadual do Campo Izaltino Rodrigues Bastos, Colégio Estadual do Campo Professor Júlio Moreira e Colégio Estadual do Campo Professora Sebastiana Caldas).

Para consulta e análise de dados foram realizadas pesquisas quantitativas e qualitativas com os Profissionais da Educação (4 professores, 2 pedagogos, 1 gestora, 2 agentes educacionais I e II) que atuam no Colégio Estadual do Campo Bento Munhoz da Rocha Netto, localizada no município de Pinhão, durante o mês de junho de 2016, e 10 alunos, a partir de entrevistas semiestruturadas.

O trabalho com a educação do campo tem sido amplamente discutido pelas escolas estaduais do município, que mesmo tendo amplo espaço territorial, não tem a identidade de campo e a escola tem nomenclatura e não práticas campesinas. Neste âmbito, Escolas do Campo e Universidade discutiram teoricamente formas de aproximação das teorias e das práticas das escolas. Algumas escolas desistiram logo no início, quando as implantações práticas iriam iniciar, com as 'porções de realidade'.

O Colégio Júlio Moreira foi um dos que saíram das discussões sem afazeres práticos. No Colégio Bento Munhoz o trabalho foi parcialmente desenvolvido,

durante pelo menos um ano, porém, tendo em vista a falta das possibilidades apregoadas na legislação, acabou por também se afastar desta perspectiva curricular e retornar às formas tradicionais e sazonalmente adequa questões metodológicas. Há o Colégio Izaltino Bastos que conseguiu dar sequência nos trabalhos por mais tempo, e, por fim, depois de não conseguir modificar os tempos escolares para produzir as discussões e reflexões coletivas necessárias para o sucesso das atividades, desistiu da mesma forma que todas as demais.

Os materiais analisados apresentam metodologias de trabalhos com a educação do campo já realizado por algumas escolas, porém os materiais não deixam claro como as metodologias podem ser implementadas em um calendário escolar que não oportuniza tempo para formação dos profissionais da educação envolvidos e para a elaboração de estratégias de trabalho com os alunos do campo.

## **5 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS E O RESULTADO DO LEVANTAMENTO DE DADOS REALIZADO NO COLÉGIO BENTO MUNHOZ**

Durante o mês de junho do corrente ano, 10 alunos, 4 professores, 2 agentes educacionais e 3 pedagogos foram entrevistados, com o intuito de obter outros olhares acerca da educação do campo no Colégio Bento Munhoz. Perguntados, foram unânimes em dizer que faziam parte da educação do campo, porém, quando abordadas as questões voltadas as práticas metodológicas, gerou dúvidas. Em alguns casos diziam que havia diferenciação, em outros (maioria, 60%) a negativa à práticas pensadas no campo e para o campo estava posta.

Ainda com relação às propostas metodológicas, questionados sobre o que seriam as práticas diferenciadas, as respostas giraram em torno de explicações e exemplificações dos professores e não a uma reorganização do pensar e fazer a escola do, no e para o campo. Uma das falas foi de buscar adequar os conteúdos com a realidade dos estudantes. Outra fala, de, na medida do possível, levar os alunos à campo e trazer exemplos da realidade e se basear em práticas e no lúdico, desenvolvendo a curiosidade para buscar explicações científicas para o mundo que o cerca.

Quando questionados sobre as possibilidades, professores e um dos pedagogos citaram o trabalho com as porções de realidade, visto que houveram tentativas em quase todos os colégios estaduais do Município de Pinhão, há alguns



anos, e alguns deles estavam nos colégios. Outros falam de utilizar exemplos da localidade, aulas de campo, ampliação da visão do aluno do campo.

Apontamentos feitos por estes professores que já vivenciaram esta tentativa de adequação metodológica, se referem a dificuldades enfrentadas pela rotatividade de professores nas escolas periféricas e no meio rural, com isto não há a sequência do trabalho – sempre se começa o ano do zero; falta de tempo para organizar, discutir e planejar a porção de realidade e os conteúdos afim (entre diferentes disciplinas); não adequação do calendário escolar – este é estéril e inflexível; não existência da noção de pertença (tanto de alunos quanto dos profissionais que ali atuam, por diferentes motivos); falta de transporte escolar para realizar as partes práticas dos trabalhos, seja por dificuldades nas negociações ou por condições de estradas intransitáveis; falta de vontade política de mudar realidades e colocar em prática ideias que surgiram ao longo de diversas discussões e momentos de formação; resistência por parte dos educandos pelas ideias estereotipadas de que o campo é ruim, assim como tudo o que dele faz parte e do profissional, por achar que precisa preparar o aluno para a faculdade, que isso irá torná-lo “melhor”.

Há divergências em muitos pontos, mas um deles é comum em todas as falas: as mudanças ocorridas se restringem ao nome dos Estabelecimentos de Ensino. Suas práticas, seus olhares e seus fazeres pedagógicos pouco se diferenciam das escolas urbanas ou desta mesma antes de mudar seu nome.

Ainda analisando a instituição, seus documentos fundamentais: Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, não constam temas, concepções ou encaminhamentos que direcionem o olhar para a educação do campo, alguns itens se aproximam de concepções campesinas, porém, de forma fragmentada e não objetiva. Nas Propostas Pedagógicas Curriculares e Planejamentos dos Professores, há a afirmação dos Professores de que se encontram contempladas as questões específicas da educação do campo e que em suas práticas cotidianas as adequações metodológicas e uso dos conhecimentos prévios como recurso pedagógico, ocorre constantemente.

Com os entrevistados, já elencados, está posta a mesma concepção sobre a Escola do Campo, ou seja, todos percebem que a nomenclatura foi alterada porém em relação ao currículo e às práticas pedagógicas a Escola do Campo está longe de ser adequada as necessidades do/a aluno/a campesino/a, devido à falta de adequação do calendário e de Políticas Educacionais que atendam a realidade da

Escola do Campo, além da falta de conectividade de alguns conteúdos ou disciplinas às porções de realidade elencadas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise das pesquisas qualitativas e quantitativas observou-se que os Profissionais da Educação entrevistados (Professores, Pedagogos, Gestores, Agentes Educacionais I e II) que atuam no Colégio Estadual do Campo Bento Munhoz da Rocha Netto e alunos, percebem que a metodologia de trabalho após a escola ser reconhecida como “Colégio do Campo” não mudou.

A não alteração na mudança das metodologias de trabalho na escola já mencionada é apontada pelos profissionais que nela atuam primeiramente, porque não houve formação continuada adequada para estes profissionais, bem como as dificuldades enfrentadas no dia a dia, no que se refere a sentar-se juntos para estudar, planejar e executar.

O currículo, de acordo com os profissionais, também não sofreu alterações que privilegiem a Educação do Campo, ou seja, o currículo ainda é elitizado e atende à demanda do meio urbano, da mesma forma que a maioria dos Livros Didáticos e paradidáticos disponíveis.

O calendário escolar ainda foi elencado como “um problema”, pois ele não atende as necessidades dos/as alunos/as que residem no campo e não contempla um momento para discussões e elaboração de atividades voltadas às necessidades dos/as alunos/as.

E, o ponto crucial, da transformação é, segundo as pesquisas, fazer com que o/a aluno/a crie sua identidade do campo, bem como perceba o seu papel social e sua importância na sociedade brasileira.

Conclui-se que o currículo deve ser pensado para atender alunos do campo, onde se faz necessário a implantação de uma proposta que venha de acordo com a realidade da unidade de ensino situado no meio rural, proposta esta que deve ser conduzida pela Equipe Pedagógica, pois este é conhecedor de diversos procedimentos e encaminhamentos metodológicos que podem contribuir neste sentido. Ainda, há que se destacar a importância de os profissionais permanecerem neste ambiente, evitando a permanente rotatividade, verificada em virtude de contratos temporários.

O presente estudo evidencia uma reflexão sobre a formulação do Currículo da escola do campo, conforme a realidade campesina, considerando como ponto fundamental a compreensão de que a escola deve possuir uma identidade própria, que se constitui sob a influência dessa realidade local. Desta forma a educação no campo precisa de um trabalho mais abrangente para que possa convergir rumo a concretização da identidade do homem do campo e trabalhar englobando as suas especificidades.

O que se pode perceber, é que poderá derivar da integração escola e campo, princípios de um novo fazer pedagógico que envolva os educadores e educandos com as experiências cotidianas vividas em seu contexto de origem, seus valores e sua realidade. Apesar das conquistas legais para a educação do campo, percebe-se que o compromisso com a educação não tem apenas um fator determinante, mas questões políticas, sociais e econômicas que são determinantes para melhor resultado geral. É neste âmbito que o trabalho do Coordenador Pedagógico é basilar, com as questões organizacionais, de planejamento e execução dos afazeres diários, visto que é o Profissional com formação e visão holística do meio escolar e com possibilidades de articulação bastante forte junto à professores, alunos e comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

ARROYO, M.G. Diversidade. In: CALDART, R.S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BARROSO, Edna Rodrigues. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONTEXTO DE DISCURSOS E DE POLÍTICAS** 01/07/2011365 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000847286>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –**

**Pronera.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 nov. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em: 12 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília: 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos.** Brasília: 2009. Disponível em: <[https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sql\\_tipo=LEI&num\\_ato=00011947&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=2009&sql\\_orgao=NI](https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sql_tipo=LEI&num_ato=00011947&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sql_orgao=NI)>. Acesso em: 12 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category\\_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 12 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB n. 2, de 28 de abril de 2008. **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 abr. 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf)> Acesso em: 12 jun. 2016.

HOELLER, Silvana Cassia; FAGUNDES, Maurício César Vitória; GHEDINI, Cecília Maria. **Um processo inovador na Educação do Campo: alguns olhares.** Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.** Curitiba. 2006. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz\\_edcampo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **II Caderno Temático da Educação do Campo.** Coordenação da Educação do Campo. Curitiba: SEED-PR, 2009. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos\\_tematicos/caderno\\_tematico\\_campo01.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/caderno_tematico_campo01.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

UZA, Maria Antônia de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, set. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302012000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 8 mar. 2016.

Documentos Consultados:

- Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Bento Munhoz da Rocha Netto, do Município de Pinhão/PR, em vigência no ano de 2016.
- Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Professor Julio Moreira, do Município de Pinhão/PR, em vigência no ano de 2016.
- Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Izaltino Rodrigues Bastos, do Município de Pinhão/PR, em vigência no ano de 2016.